

Petroleiros da Amazônia

Boletim do Sindipetro PA AM MA AP nº 25 - 05 de julho de 2019



FOTO: FNP

DIANTE DE ATAQUES NO ACT, SEGUE A LUTA POR NENHUM DIREITO A MENOS

Direção da Petrobras quer enrolar a categoria, a mando do Governo Bolsonaro, e acelerar a privatização

A categoria petroleira e a gerência de Gestão de Pessoas da Petrobras retornaram à mesa de negociação para continuar os debates em torno do novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). As pautas foram remuneração e vantagens, a política discriminatória de pagamento de bônus no lugar da PLR, além das horas extras, relações sindicais e terceirização.

No dia 1º de julho, a FNP e a FUP cobraram a suspensão imediata do Programa de Remuneração Variável dos Empregados (PRVE), que viola o atual ACT. A principal irregularidade é o descumprimento da Cláusula 77, Parágrafo 9º, do ACT 2017/19, que aponta o seguinte: “A Companhia compro-

mete-se a não vincular concessão de vantagens à redução de acidentes, bem como não incluir meta de acidentes no Gerenciamento de Desempenho”.

Na reunião do dia seguinte, 2, que tratou de segurança do trabalho, relações sindicais e terceirização, representantes da Petrobras insistiram na proposta de alterar ou retirar 16 das 19 cláusulas sobre os temas de SMS do atual ACT, expondo ainda mais a categoria a acidentes de trabalho e deterioração da saúde. Assim, a direção da empresa demonstra que o cumprimento de normas de segurança não é prioridade para a atual gestão. Diante dos ataques da gerência por meio do novo ACT, as federações re-

forçaram que a saída para a situação atual deve ser coletiva e organizada, enfrentando categoricamente as propostas da empresa.

A resposta da FNP e FUP é a mobilização intensa para impedir que esse ACT danoso seja empurrado à categoria. Além disso, a tarefa petroleira é recusar a proposta da Petrobras e avançar em melhorias a partir do acordo atual, principalmente com o cenário de diversas unidades que estão à venda, o que afetará a vida de milhares de trabalhadores diretamente. O calendário de assembleias e as informações sobre a articulação nacional da categoria para combater essa situação serão publicadas na próxima edição.

NOVA PROPOSTA NÃO TEM AVANÇO!

A proposta da Petrobras enviada para o novo ACT é uma ofensa histórica à categoria. A direção se alinha ao governo, precarizando o trabalho – e os petroleiros um dos maiores alvos da retirada de direitos.

Em comunicado enviado aos sin-

dicatos, a direção da empresa propõe reajuste de 1%, o que não garante nem o reajuste inflacionário. A taxa seria aplicada sobre as tabelas de salário básico, RMNR, vale alimentação/refeição e benefícios educacionais.

Também está proposto corte do

adicional de permanência do Amazonas, criação de um sistema de banco de horas que inviabiliza o pagamento de horas extras, exclusão da cláusula referente à dispensa sem justa causa e outros absurdos que vamos aprofundar nas assembleias.

REFORMA PARA AJUDAR O MERCADO FINANCEIRO

Dependentes de policiais terão pensão integral e vitalícia por morte, direito não concedido a nenhuma outra categoria do serviço público. Essa foi uma das alterações incluídas na complementação da proposta de reforma da Previdência apresentada por seu relator, o deputado federal Samuel Moreira (PSDB-SP), no último dia 2 de julho. O parlamentar tornou ainda pior o seu substitutivo, resgatando até temas já superados.

Ficou mantida a “desconstitucionalização” de regras para aposentadoria no RGPS (Regime Geral da Previdência Social) e RPPS (Regime Próprio da Previdência Social) na forma já apresentada, com idade mínima de 62 ou 65 anos a ser fixada na Carta Magna. As informações foram publicadas em análise de Luiz Alberto Santos, consul-

tor legislativo e professor da Fundação Getúlio Vargas. O texto completo está disponível no site do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

O setor rentista obteve mais incentivos ao parasitismo, já que as bolsas de valores foram excluídas da elevação Contribuição Social sobre o Lucro Líquido estabelecida para o setor financeiro. Em resumo, é preciso avançar na luta para derrotar a reforma como um todo, pois ela segue sendo um grande ataque aos direitos da classe trabalhadora à aposentadoria!

Ainda segundo a apreciação, “no geral, permanece um texto confuso, mal redigido, ambíguo, que desconstitucionaliza direitos e constitucionaliza obrigações”. Agora o texto-base segue para a Câmara de Deputados.



EDITORIAL

EM DEFESA DOS POVOS DO TAPAJÓS

Indígenas Munduruku do médio Tapajós barraram a realização de uma audiência pública para o licenciamento de uma estação de transbordo e carga no rio nesta terça-feira, dia 2. Durante o ato, os manifestantes divulgaram à sociedade a “Carta do povo Munduruku contra os Portos no Tapajós”.

No documento, eles denunciam que, enquanto as invasões portuguesas os ataques vinham com o uso de navios, hoje a violação chega por meio de barcas de soja. Para este povo originário, deve ser cumprido o Protocolo de Consulta, que prevê que os governos devem ouvir a opinião Munduruku antes de ser tomada qualquer decisão sobre a construção de empreendimentos que afetem sua vida e seus direitos.

A Consulta Prévia está garantida na Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que possui força de lei no Brasil desde 2004. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), “o diálogo deve ser amplamente participativo, ter transparência, ser livre de pressões, flexível para atender a diversidade dos povos e comunidades indígenas (...)”.

Segundo a Carta Munduruku, “já instalaram seis portos ao redor de nosso rio Tapajós e nunca vieram nos dizer como seríamos impactados. Nós já estamos sendo afetados com tantas barcas enormes passando pelas nossas aldeias, não conseguimos mais pescar perto de casa, temos que ir cada vez mais longe para conseguir alimentar os nossos filhos. Estamos até proibidos de pescar perto de onde estão os portos, ou de atravessar para o outro lado do rio”.

Hoje são seis empresas envolvidas no projeto atual, mas estão previstos 22 portos no Tapajós. Todo apoio à luta desse povo contra a chegada de mais especulação de terra, grilagem, invasão de terras e um universo de violência, prostituição e drogas associadas a essa exploração econômica predatória de nossos rios e florestas.

BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO PETRÓLEO NOS ESTADOS DO PARÁ, AMAZONAS, MARANHÃO E AMAPÁ

BELÉM (PA) - AV. ALCINDO CACELA, 1264, ED. EMPIRE CENTER, SALA 101, NAZARÉ, CEP: 66040-020 TELEFONES: (091) 3246-0488/ 0439; E-MAIL: SPETROPA@SINDIPETROPAAMMAAP.ORG.BR
MANAUS (AM) - R. PROFª CACILDA PEDROSO, Nº 529, ALVORADA I, CEP: 69043-000 TELEFONES: (092) 3656-7860/ 3657-1395; E-MAIL: SECRETARIA@SINDIPETROPAAMMAAP.ORG.BR
SITE: WWW.SINDIPETROAMAZONIA.ORG.BR

PUBLICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA COLEGIADA DO SINDIPETRO PA/AM/MA/AP

GESTÃO 2017-2020 “SÓ COM LUTA SE CONQUISTA – DEFENDER A PETROBRÁS É DEFENDER A SOBERANIA DO PAÍS”